



OFENSIVA IMPERIALISTA E RESISTÊNCIAS NA AMÉRICA LATINA:

movimentos sociais X capital

Joana A. Coutinho¹
Guillermo Alfredo Johnson²
Napoleón Salto³
Zulene Muniz Barbosa⁴

PROPOSTA DA MESA

O imperialismo dos EUA e Europa continuam afiando as suas garras, a crise capitalista que atravessa os continentes não arrefeceu o ímpeto imperialista. Por todo o mundo, inclusive no capitalismo central, os últimos anos têm sido marcados por manifestações de trabalhadores e jovens que colocam em xeque as saídas apontadas pelo grande capital. Ou seja, o aumento do desemprego, a perda de direitos conquistados em décadas anteriores e a mercantilização dos bens sociais, entre outros. Na América Latina, vários governos no campo progressista questionam ou tensionam o poder centralizador imperialista, como Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correia no Equador.

Propomos-nos a discutir os movimentos de resistência ao capitalismo que tem surgido na América Latina e seus desdobramentos neste momento particular do desenvolvimento capitalista.

Guillermo Johnson abordará o tema **A “vocação” extrativista latino-americana e os movimentos sociais** dando destaque a inserção dos países latino-americanos no sistema mundial e o caráter persistentemente extrativista das nossas economias. Nesta senda, a atuação do Estado, com um viés desenvolvimentista pautado pelo financiamento e fortalecimento do setor privado, tem sistematicamente favorecido o agronegócio (freando a reforma agrária e as reivindicações dos quilombolas e indígenas), executando uma agenda de ampliação da infraestrutura (portos, hidrelétricas, estradas e políticas energéticas, para citar alguns) e facilitando a extração de minérios ao sul do Rio Bravo. A dimensão desses elementos sucintamente elencados tem provocado a reação das populações desde os lugarejos mais recônditos da Nossa América, com mobilizações populares, frequentemente isoladas pelos meios de comunicação de

¹ Doutora. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail:

²

³ Doutor. Universidad Central del Ecuador.

⁴ Doutora. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: zulene.mb@uol.com.br



massas, e com o desmonte da virulência daqueles mais consolidados (como o MST no caso brasileiro).

Joana A Coutinho, com o tema **NA ROTA DO CAPITAL: UMA (RE) VISITAÇÃO A IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA**, pretende abordar a ideologia do desenvolvimento e a relação do capital transnacional e os movimentos de resistência (alguns deles anti-imperialistas) que surgiram nos últimos anos, neste continente. Neste sentido colocam em xeque este modelo de desenvolvimento, (apresentado como sinônimo de industrialização), mas extremamente excludente para a maioria da população.

Zulene Muniz Barbosa, **O PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA AMAZÔNICA**, busca apreender o significado dos movimentos sociais no continente latino americano e em particular na Amazônia a partir da dialética entre o novo e o velho e as inovações que trazem nesse contexto de múltiplos embates. Nas duas últimas décadas um aspecto comum desses novos movimentos sociais, a despeito da sua heterogeneidade, é a forte oposição ao neoliberalismo, receituário que foi aplicado com intensidade variada em cada país. Nas diversas partes da América Latina recriam-se novas formas de participação política, formulam suas demandas a partir da grande diversidade de condições sociais engendradas pelo próprio capitalismo, desde aquelas mais diretamente ligadas ao conflito entre capital e trabalho àquelas relacionadas mais, especificamente, as questões étnicas e de defesa do território.

E, por último, Napoleón Saltos, na abordagem do tema **MOVIMIENTOS SOCIALES Y PODER CONTRAHEGEMÓNICO EN AMÉRICA LATINA** apresenta a relação entre as diversas fases das teorias sobre os movimentos sociais e seu contexto na América Latina. Distingue quatro fases: 1) bloco social liderado pelo movimento sindical; 2) a presença dos “novos movimentos sociais”, com uma ascensão de lutas sociais no Continente, lideradas pelas lutas dos povos originários e as lutas de gênero; 3) O passo ao poder constituinte: o imaginário constituinte e a transformação dos movimentos sociais em partidos políticos e em governo. Desenvolve-se a visão da contra-hegemonia e as classes subordinadas, as relações entre poder constituído e poder constituinte; 4) relação entre os governos “pós-liberais” da América Latina e os movimentos sociais: acordos e conflitos.



A “VOCAÇÃO” EXTRATIVISTA LATINO-AMERICANA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Guillermo Alfredo Johnson¹

Resumo: Uma das questões vinculadas com a inserção dos países latino-americanos no sistema mundial interfere significativamente na reprodução do capital e, ao mesmo tempo, erguem-se em um dos principais aspectos da intensidade dos movimentos sociais: o caráter persistentemente extrativista das nossas economias. Nesta senda, a atuação do Estado, com um viés desenvolvimentista pautado pelo financiamento e fortalecimento do setor privado, tem sistematicamente favorecido o agronegócio (freando a reforma agrária e as reivindicações dos quilombolas e indígenas), executando uma agenda de ampliação da infraestrutura (portos, hidrelétricas, estradas e políticas energéticas, para citar alguns) e facilitado a extração de minérios ao sul do Rio Bravo. A dimensão desses elementos sucintamente elencados tem provocado a reação das populações desde os lugarejos mais recônditos da Nossa América, com mobilizações populares, frequentemente isoladas pelos meios de comunicação de massas, e com o desmonte da virulência daqueles mais consolidados (como o MST no caso brasileiro). Ao mesmo tempo, no caso das grandes obras de infraestrutura, foi possível observar a proteção estatal por um regime precário de trabalho, com vistas a proteger esses setores estratégicos para o grande capital. Tendo em vista a dispersão geográfica desses movimentos sociais, assim como a desarticulação que se observa daqueles que não pouco tempo atrás se confrontavam com as políticas estatais, torna-se necessário pensar as possibilidades de unificação dessa diversidade de reivindicações aliadas às demandas dos trabalhadores.

¹ Doutor. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: guillermojohnson@ufgd.edu.br



1 INTRODUÇÃO

O padrão de inserção histórica dos países da América Latina, ainda que tenhamos vivenciado transformações desde a sua inserção no sistema mundial, se caracteriza pela persistente subordinação. As decisões em torno das questões políticas, econômicas e ambientais na contemporaneidade emanam do G8, eminentemente dos EUA, que detém a maior máquina de guerra e as rédeas da financeirização e da economia mundial.

O fornecimento de matérias primas para o centro do sistema internacional não é uma “vocação” recente dos países latino-americanos. Mas, a partir das últimas quatro décadas foi possível verificar o ressurgimento da exporta o de produtos primários como principal pauta de inser o no mercado mundial, configurando uma “reprimariza o” das economias latino-americanas. Essa conjuntura acontece no bojo de uma reconfigura o do papel do Estado e na necessidade premente dos movimentos sociais de demonstra o do seu descontentamento ante essa realidade. Os aspectos assinalados serão debatidos sucintamente a seguir.

2 O ESTADO NA AMÉRICA LATINA E OS NOVOS EXTRATIVISMOS

Possivelmente, uma das manifesta es mais esclarecedoras dessa rela o de dependência no sistema internacional pode ser observada a partir da  tica da divisão internacional do trabalho. Nesta distribui o de papéis os países latinos da América experimentaram espasmos industriais, no segundo quartil e nos anos 70 do século passado – sem d vida que com marcada desigualdade na distribui o geopolítica –, caracterizada por fábricas filiais de empresas transnacionais pautadas pela transferência de riquezas da periferia para o centro do sistema através da superexplora o dos trabalhadores latino-americanos (SALAMA, 2001; MARINI, 2000; SOTELO VALENCIA, 2005). Simultaneamente, em vários países da região foram erguidos parques industriais estatais, com vistas   substitui o de importa es, que tem servido de plataforma para consolida o da inser o subordinada na produ o industrial internacional, na medida em que não se avan ara nesse processo de consolidar de forma aut noma o processamento



de mercadorias em níveis demandados pelo mercado, senão que servira de plataforma para consolidação de um padrão de industrialização controlado pelos países centrais; ao mesmo tempo em que se observa perene defasagem de criação e incorporação sócio técnica da produção intelectual, o qual repercute em baixa produtividade alimentando o círculo vicioso da exploração intensiva da mão-de-obra barata da periferia.

Assim, aos países ao sul do Rio Bravo coube fornecer matérias primas no ritmo e intensidade marcada pelos os ciclos de expansão e depressão vivenciadas desde o mercantilismo. A questão territorial, a luta pela terra, local de sobrevivência dos pobres e de enriquecimento das oligarquias terra-tenentes tem sido a arena que dinamiza as lutas sociais. A concentração fundiária expulsa populações autóctones, quilombolas, os trabalhadores e as suas famílias das áreas rurais na pugna pelo aumento de produtividade para aferir lucros nos mercado internacional. Em diversos momentos observam-se situações em que a pecuária e a agricultura revessam-se no destaque pela produção de alimentos, ao mesmo tempo em que, em nível macro, a importância geopolítica, a escolha da variedade predominante e a distribuição territorial da produção deslocam-se ao sabor dos mercados internacionais.

Outro componente importante na recente onda do extrativismo na América Latina consiste na mineração – no âmbito desta consideramos a exploração do petróleo. Essa atividade tem avançado de forma significativa nos últimos anos apresenta uma projeção de maior número de locais de exploração, sendo que a história dessa atividade na América Latina está relacionada com a espoliação e morte de populações significativas – só para retomar um exemplo paradigmático é interessante lembrar a exploração das minas de cobre em Potosí, Bolívia, mais intensiva no século XVIII . As características incisivas de intervenção nos ambientes frequentemente mais retirados do trânsito das grandes cidades têm isolado populações autóctones ante a repressão estatal e da expansão da exploração da terra por empresas transnacionais. Neste setor econômico o papel do Estado tem sido também decisivo, pois com frequência os grandes empreendimentos e investimentos demandados pela exploração mineira são financiados direta ou indiretamente por recursos estatais. O argumento recorrente aproxima-se do discurso do desenvolvimento local e da oferta de empregos como sinônimos de conferir



bem-estar às populações; curiosamente, também se mencionam discursos sobre preservação ambiental decorrentes desta atividade, sendo que as evidências tem demonstrado que após o fim do período intensivo de mineração o que se observa são mazelas sociais, econômicas e ambientais (DICK; JORGENSEN, 2011).

A expansão da dimensão territorial tomada pela atividade agrícola no Brasil, Argentina e países de Centro-América principalmente tem aumentado significativamente nos últimos anos, embalados pelo crescente preço das *commodities*. O papel do Estado nessa política de ocupação territorial é decisivo, pois, frequentemente, desde a aquisição das terras (até na forma de grilagem¹) até o financiamento periódico da produção e comercialização os governos têm fornecido de forma monopólica. A pecuária também se beneficia dessas políticas estatais, mas não experimenta o ritmo do crescimento observado pela soja e a cana de açúcar, por exemplo, no Brasil (RAZUMOVSKIY, 2008-2009). No que se referem à mineração os Estados têm investido significativamente – do México à Argentina e Chile – para que mineração usufrua dos recursos e da legislação que considerar necessárias, fortalecendo socialmente a necessidade de distribuição de riqueza a partir desses empreendimentos de gestão privada (marca registrada da intervenção estatal sob o neoliberalismo).

3 MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTADOS

O padrão de desenvolvimento adotado pelos países latino-americanos - considerando entre estes, com as suas particularidades, aqueles considerados progressistas ou de esquerda – tem intensificado a exploração extrativista, aumentando as terras inseridas na dinâmica extrativista do capitalismo contemporâneo, seja através da mineração como pelo agronegócio. A renovação da promessa clássica de uma teoria da modernização (conservadora), de aumento do PIB como forma de desenvolvimento econômico está na ordem do dia.

A denominada reprimarização dos países latino-americanos relaciona-se com as políticas estatais advindas dos setores que executam as políticas governamentais. Nesse

¹ Para uma dimensão analítica atualizada sobre a grilagem em América Latina recorrer ao artigo de Borrás Jr; Kay; Gómes e Wilkinson (2012), que sistematizam dados de pesquisa financiada pela FAO.



sentido, no início do presente século temos observado uma profusão de governos com forte apoio popular, conduzidos ao poder estatal com a intenção de reverter a dinâmica neoliberal. Mas, o que temos verificado, contradizendo os discursos multitudinários, que o setor financeiro e o empresariado transnacional, assim como também um punhado de nacionais, tem sido beneficiários diretos dos financiamentos e desonerações fiscais, dando forma a um padrão de desenvolvimento que privilegia a ideia de que o investimento externo gera emprego e traz o crescimento econômico, que por sua vez vai “derramar” pelo restante da sociedade o ansiado bem-estar social (tese até a atualidade não comprovada). Outro argumento para fortalecer a dilapidação dos bens naturais latino-americanos radica-se no discurso de que as rendas provindas dessas novas fontes de riquezas terão como objetivo investimentos maciços na educação e/ou na saúde. Ambos os argumentos apresentados fortalecem a necessidade, consensual nas sociedades desiguais latino-americanas, de distribuição de rendas, tendentes a melhoria nas condições de vida da população. Esses discursos estão distantes de acontecer, ainda mais, de solucionar os problemas que as nossas sociedades vivenciam. Incluso porque localizando a região no sistema internacional verifica-se que as empresas que usufruem das riquezas minerais são canadenses, estadunidenses ou de países europeus, o qual historicamente configura padrões recolonizadores; no que tange ao agronegócio, a sua estrutura baseia-se no latifúndio, nas sementes transgênicas, na mecanização excludente de utilização massiva de trabalhadores e na “commoditização” exportadora da produção, redundando em intensa concentração de riqueza. O Estado arrecada pequenas parcelas dessa produção espoliativa, ainda assim, pelo paradigma neoliberal vigente as suas políticas sociais, no geral, atuam compensatoriamente às atividades do mercado, este fornecedor preponderante das condições sociais de vida (GUDYNAS, 2012).

Os governos latino-americanos, premidos pela lógica de balanços positivos das balanças comerciais e pelos superávits primários, fortalecem os setores extrativistas. Dentre as escassas tentativas, nos últimos anos, de controlar as atividades do agronegócio a partir dos governos o episódio mais conhecido possivelmente seja o da Argentina entre 2009 e 2010, que buscou aumentar a taxaço da produção agropecuária, polarizando a sociedade, mas voltando atrás logo depois. Mas após essas tentativas os



governos da região, o argentino inclusive, a relação com esses setores tem sido de proteção econômica, com isenções e incentivos diversos.

A política mais frequente dos governos da região tem sido o de exercer contundente controle social (JOHNSON, 2010) sobre os movimentos sociais. Desdobrando a ideia desse controle social estatal – no aspecto que poderia ser denominado de construção do consenso ou da coesão social – podem ser sucintamente referenciadas as políticas sociais compensatórias (a modo do Programa Bolsa Família no Brasil) até as modalidades de cooptação de lideranças, incorporando-as nas instituições estatais, como mecanismo de fortalecimento da legitimidade. Essa modalidade de exercício do poder estatal reproduz e renova a promessa por uma sociedade igualitária sem transformações estruturais. Num polo complementar à manutenção da ordem em curso – no componente coercitivo – verifica-se a eliminação de lideranças (não pelo Estado, senão contando com a impunidade dos executores), a juridização da protesta popular/sindical e a utilização ostensiva de uma diversidade de forças policiais para reprimir os movimentos sociais que possam questionar a viabilidade dos empreendimentos extrativistas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O padrão de desenvolvimento dos países latino-americanos na contemporaneidade fundamenta-se cada vez mais na exploração intensiva dos recursos naturais, denominado como neo-extrativismo. Nesse paradigma de inserção internacional a exploração dos produtos primários são estratégicos para os governos. A sua exploração privada, pautada pelo neoliberalismo, torna o Estado indutor e protetor desses empreendimentos extrativos. Assim o agronegócio, as explorações petrolíferas e mineiras adquirem importância decisiva na política estatal, fazendo com que as oligarquias vinculadas tornem-se interlocutores privilegiados.

Neste contexto o discurso pela diversidade social e o multiculturalismo parece comprometido pela soberania dos mercados. As populações autóctones (a denominada “questão indígena”), as questões étnicorraciais (os quilombolas) e o campesinato, nas diversas investidas pela terra tendem a enfrentar a intransigência estatal. Os espaços



viáveis de atendimento a demandas destes setores radicam nas variações que as políticas sociais compensatórias podem lhes oferecer.

Os movimentos sociais decorrentes dessa investida do capital em terras latino-americanas encontram-se fragmentados, pois carece de redes ou de políticas de unificação que permita torna-los caudatários de construir uma alternativa a essa dinâmica de aprofundamento da mundialização financeira. É possível, nesta conjuntura, com as sucintas considerações esboçadas considerar que estamos ante uma postura defensiva por parte das populações diretamente afetadas e os movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

- BORRAS Jr, S. M.; KAY, C.; GÓMEZ, S.; WILKINSON, J. (2012): Land grabbing and global capitalist accumulation: key features. **Latin America, Canadian Journal of Development Studies/Revue canadienne d'études du développement**, 2012, vol. 33, n.4, 402-416.
- DICK, C.; JORGENSEN, A. Capital movements and environmental harms. **Journal of World-Systems Research**, 2011, Vol. XVII, n. 2, p. 482-497.
- GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos - Las ambivalencias del progresismo sudamericano. **Nueva Sociedad**, n. 237, enero-febrero de 2012. Disponível em: <www.nuso.org>.
- JOHNSON, G. A. As recentes transformações do controle social estatal. **REDD – Revista de Espaços de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 3, n. 1, jul/dez. 2010.
- MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires, CLACSO, 2000.
- SALAMA, P. **Pobreza e Exploração do Trabalho na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- RAZUMOVSKIY, D. Problemas de colonización agraria en los países de América Latina (con el ejemplo de Brasil y Argentina). **Anuario Americanista Europeo**, n. 6-7, 2008-2009, p. 327-343.
- SOTELO VALENCIA, A. **América Latina: de crisis y paradigmas**. La teoría de la dependencia en el siglo XX. México: Plaza y Valdés, 2005.



O PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMERICA LATINA AMAZÔNICA

Zulene Muniz Barbosa¹

RESUMO: Examina-se o protagonismo dos movimentos sociais na América Latina Amazônica marcado por manifestações e revoltas populares diretamente relacionadas com o aumento da miséria no continente. Esses movimentos são fortemente marcados pela dimensão étnica na luta contra o neoliberalismo: zapatismo no México bolivarianismo na Venezuela, MST no Brasil comunidades tradicionais da Amazônia brasileira e maranhense - novas experimentações, protagonizadas por uma multiplicidade de sujeitos coletivos que recusam de maneira radical a subordinação inclusive da natureza (da biodiversidade) ao capital e, impulsionam caminhos alternativos condicionados mais uma vez pela forma assumida pelas lutas de classes no interior de cada estado nacional.

ABSTRACT: Examines the role of social movements in Latin America Amazon marked by demonstrations and popular uprisings directly related to the increase of poverty in the continent. These movements are strongly influenced by the ethnic dimension in the fight against neoliberalism: Zapatistas in Mexico bolivarianismo Venezuela, Brazil MST in traditional communities of the Brazilian Amazon and Maranhão - new trials, enthralled by a multiplicity of collective subjects who refuse subordination radically inclusive nature (biodiversity) to capital and boost alternative paths again conditioned by form of the class struggle within each national state.

¹ Doutora. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: zulene.mb@uol.com.br



1 INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura explorar o significado dos movimentos sociais no continente latino americano e em particular na Amazônia é apreendê-los a partir da dialética entre o novo e o velho e sobre as inovações que trazem nesse contexto de múltiplos embates. Nas duas ultimas décadas um aspecto comum desses novos movimentos sociais, a despeito da sua heterogeneidade, é a forte oposição ao neoliberalismo, receituário que foi aplicado com intensidade variada em cada país, muitos reagem ao desemprego, a precarização, defendem um estado plurinacional que reconheçam sua autodeterminação identidades coletivas. Assim, nas diversas partes da America latina recriam-se novas formas de participação política, formulam suas demandas, a partir da grande diversidade de condições sociais engendradas pelo próprio capitalismo, desde aquelas mais diretamente ligadas ao conflito entre capital e trabalho àquelas relacionadas mais, especificamente, as questões étnicas e de defesa do território. O caso mexicano, Boliviano, Argentino, equatoriano, Venezuelano brasileiro produziram movimentos inclusive de forte viés anti- imperialista.

Este espectro de resistência teve como marco a insurreição às comunidades indígenas de Chiapas (no México - 1994) encabeçada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional, que colocou em xeque as políticas historicamente implementadas pelo Estado nacional mexicano. Os zapatistas empreendem uma luta pelo resgate da identidade, autonomia, defesa da sua cultura e por novas formas de participação nos assuntos públicos Na Amazônia - Maranhão existe um forte protagonismo de movimento sociais constituído na sua grande maioria por um semi-proletariado rural que questiona a forma de propriedade e as políticas estatais voltadas para o capital agroexportador.



2 A RESISTÊNCIA AO NEOLIBERALISMO

Na década de 1990, o receituário neoliberal na América Latina se traduziu num amplo programa de privatização (siderurgia, ferrovias, energia, telefonia) aprofundando as históricas desigualdades sociais que remonta à própria história de dominação da América Latina, pelos centros do capitalismo mundial pelo domínio da região suscitando rivalidades históricas entre a região platina e amazônica intensificada pela forte presença dos Estados Unidos.

Segundo James Petras (1999), durante a década 1990, o desencanto com as políticas neoliberais conduziu, no plano político, campanhas eleitorais contrárias a esta programática, cujos sinais já se anunciavam desde 1994, e marcava uma nova etapa de lutas sociais no continente. Analisando o que classificou como o *ciclo eleitoral e a espiral sócio-econômica* na América Latina, o autor observa que neste continente os governos eleitos cumpriram um ciclo de ascensão e decadência a partir de *três marés* (1980 a 1990).

A partir de um recorte temporal, a *primeira maré* teve início com a transição dos ciclos de ditaduras militares para governos civis eleitos. Esses governos, ao adotarem a retórica do livre mercado, iniciaram o desmonte da legislação sindical e trabalhista com a privatização de grandes estatais e empresas públicas, além de investirem num amplo programa de desestatização. A segunda maré, no final da década de 1980, foi marcada pelo ataque às políticas neoliberais. Prevaleceu à demagogia eleitoral, estratégia que acabou por formatar uma segunda leva de políticos - que deram continuidade a esta programática incorporando a insatisfação de vários setores. A *terceira maré*, em meados dos anos 1990, aprofundou as reformas neoliberais com a exploração ainda mais intensa do chamado livre mercado.

Esses movimentos expressam o elevado nível de insatisfação dos trabalhadores com o neoliberalismo que avançou para uma crise política em vários países destituindo inclusive presidentes eleitos pelo voto popular. Foi o caso da Argentina que derrubou o governo Fernando de La Rúa e destituiu mais três presidentes em pouco mais de uma semana.



Segundo Atílio Boron

O neoliberalismo não cumpriu com as suas promessas, e depois de mais vinte anos de catastróficas aplicações os problemas da nossa América não apenas persistiram, como foram agravados. E, o milagroso "efeito derrame" que distribuiria as novas riquezas geradas pelas políticas neoliberais entre as massas de pobres e famintos, demonstrou ser um engodo (Boron, 2007, p.13).

A intensificação das reformas neoliberais teve como resposta levantes sociais, com ecos que vieram de diversas partes do continente latino americano. No México como os chipanecos, na Argentina as "puebladas," Bolívia com a revolução bolivariana e no Brasil o MST e lutas mais diretamente vinculadas a territorialidades étnicas.

É importante ressaltar que desde os anos 1970 os preços dos produtos de exportação diminuíram em números absolutos em relação aos preços dos produtos importados, minando a capacidade de a América Latina pagar a sua dívida acumulada. Nos anos 1980 foram impostas duras condições por parte das instituições financeiras comprometendo cerca de 35% da receita das importações na região. O resultado desse processo foi o empobrecimento de amplos setores sociais, devido ao afastamento do Estado das responsabilidades pelos serviços sociais básicos.

A consequência foi do crescimento do número de organizações não governamentais¹ que passaram a implementar diversos projetos de desenvolvimento em nome das agências de desenvolvimento internacionais e governamentais (Petras, 1995). Mas diferentemente dos anos 1970 as ONGS sofreram diversas mutações e se distanciaram das suas origens (ONGS/Organizações populares). A partir dos anos 1980 incorporaram o viés privatista de complementação das ações do Estado.

Paralelamente, caiu o nível de vida de amplas parcelas da população assalariada urbana e rurais desencadeando diversos movimentos inclusive anti sistêmico. centradas na redefinição do conceito de propriedade, a defesa de recursos naturais, soberania popular, autonomia dos povos e comunidades tradicionais, ações de guerrilhas, greves,

¹ Constitui-se um equívoco a identificação ONGS/organizações populares, pois se diferenciam quanto às suas origens históricas e organizacionais (Graham, 19992). Na Bolívia, as ONGS foram definidas como organizações privadas sem fins lucrativos. Elas podem ser nacionais ou internacionais, religiosas ou leigas. Suas atividades são dirigidas para o desenvolvimento e ou assistência e podem ser financiadas por fundos públicos ou recursos internacionais de cooperação.



ocupações de terra e movimentos estudantis e de desempregados. Esses novos protagonistas passam a se mover no terreno das ações de confronto ao neoliberalismo, numa conjuntura ideológica que havia decretado o fim de qualquer movimento de resistência, especialmente pela via da insurreição. Contra esse tipo de determinismo, a inovação veio dos setores mais oprimidos (indígenas, sem terras, desempregados) que lutam por trabalho, terra e pela afirmação das suas identidades coletivas.

A partir de 1994, teve como marco a insurreição das comunidades indígenas de Chiapas (México), encabeçada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Esse movimento colocou em xeque as políticas tradicionais, historicamente implementadas pelo Estado nacional mexicano. Conforme Dávalos (2005): “la incurción de los movimientos indígenas como movimientos sociales, y la constitucion de los movimientos indígenas como sujetos políticos, representan uno de los fenómenos sociales y político más novedosos y complejos em la história reciente de América Latina”.

De base marcadamente indígena e camponesa, esse movimento passa a exigir do Estado autonomia para intervir nos assuntos que dizem respeito à organização econômica e política dos seus territórios e de acordo com suas tradições culturais. Ao mesmo tempo, que rejeita uma cidadania nacional homogênea, que desconsidera ou trata de forma folclórica os seus modos de organizar a vida.

Ao se confrontar com os governos legais sinalizam para formas de participação direta, que têm como característica básica a insubordinação e a resistência. Reivindica “um mundo onde caibam outros mundos” (Almeida 2007) e, nesse processo de embate, estabelece processos de ruptura com a institucionalidade, ao mesmo tempo em que lança questões sobre Estado burguês – que, ao “adotar a ideologia liberal do cidadão (livre e igual) o faz relegando outras formas culturais consideradas mortas ou arcaicas” (Maximilian e Hilsenbeck, 2008).

Conforme análise de Oliver Costila (1995), na Bolívia, a luta em torno do gás em 2003 foi uma guerra anunciada que culminou com a queda do presidente Gonzalo Sanches de Louzada e a convocação de um *referendum* para redefinir a política de exportação do gás. Outro avanço importante foi sintetizado na Assembleia Constituinte e



na elaboração da nova Constituição em 2007 que referendado em 2009 introduziu um conjunto de alterações institucionais que ampliaram os direitos sociais e políticos incluindo o caráter plurinacional e comunitário do Estado nacional boliviano ao reconhecer 36 etnias que formam a Bolívia. No bojo destas políticas democratizantes os movimentos sociais de base camponesa e indígenas passaram a fazer ocupações massivas que avançaram para uma organização política sindical e partidária sob a liderança de Evo Morales.

Esse foi traço inovador, também, na Venezuela, obviamente guardadas as devidas especificidades. A chamada revolução bolivariana pode ser caracterizada por três macros dinâmicas: 1. a revolução anti-imperialista; 2. a revolução democrático- burguesa e a contrarrevolução neoliberal. Trata-se de um movimento complexo que, ao se afirmar contra o neoliberalismo, mantém uma forte ofensiva a partir do governo de Hugo Chaves e, independentemente das suas contradições internas, trata-se de conjunto de transformações políticas e sociais em curso. A chamada "Revolução bolivariana" é um movimento que possui uma ampla composição que não deve ser centrada na figura de Hugo Chaves, mas examinada a partir dialética das forças sociais que a compõem.

No Brasil a contestação veio do MST a partir do confronto com o neoliberalismo implementado pelo governo de FHC e sua ofensiva anti-sindical e de criminalização dos movimentos sociais. As principais inovações trazidas pelo MST foram as ocupações de terra. Trata-se de um movimento constituído na sua grande maioria por um semi-proletariado rural que questiona a forma de propriedade e as políticas estatais voltadas para o capital agroexportador

Mas como afirma Almeida (1998), o MST não é tão novo quanto parece ele é a expressão combinada de pelo menos três importantes processos: o primeiro deles foi a modernização capitalista de fortes traços conservador que dominou a agricultura brasileira nas décadas de 1960 e 1970 e aguçou os conflitos agrários, principalmente, nos Estados de São Paulo e no sul do País onde surgiu o embrião do movimento. o segundo foi ação pastoral ligada a teologia da libertação e sua convergência, na conjuntura brasileira com o ideário de setores da esquerda marxista além do novo sindicalismo. O terceiro remonta ao conjunto de experiências organizativas acumulada



pelos trabalhadores rurais na décadas precederam o golpe de 1964, a exemplo das experiências das ligas camponesas.

Na década de 1990 o MST entra numa contraposição a neoliberalização do Estado brasileiro e suas políticas, O movimento Sem terra recorreu a uma variedade de formas de lutas: ocupação de terras e de órgãos públicos, jornadas nacionais, greve de fome passeatas e marchas ao longo de rodovias federais (STEDLLE, 1997) além da politização dos acampamentos e assentamento rurais. Apesar da enorme criminalização sofrida pela grande mídia ganhou impulso e tem assumido um papel importante no desmascaramento do caráter de classe do Estado ao desmitificar o discurso de representante dos interesses gerais. As lutas que empreendem nos acampamentos e assentamento evidenciam que esses dois momentos articulados da luta são expressões da territorialização do movimento que lançando mão de diferentes estratégias tem imposto sucessivas derrotas ao latifúndio.

Segundo Almeida (2008), a reemergência desse forte indigenismo traz à tona questões até então adormecidas e que, dependendo da situação concreta de cada região (em especial as relações etnia-classe social), pode colocar em cheque não somente a política, mas a estrutura do Estado - nação. Para o autor, o movimento articula a defesa de valores étnicos à luta pela emancipação nacional, ao mesmo tempo em que procura integrar esta última a um projeto mais amplo de questionamento do capitalismo.

Na Amazônia - Maranhão esta reação emerge, também, de outros setores como as quebradeiras de coco babaçu (MIQCBIC), os atingidos pela mineração e pela base espacial de Alcântara (MABE) e pelos que sofrem as ações dos grandes projetos inauguradas com o Projeto Grande Carajás no bojo do qual se desenvolveu a indústria do alumínio (ALUMAR) e o Projeto Ferro Carajás (VALE) e seus polos industriais instalados em várias mesoregiões do estado.

Segundo Desni Lopes (2012), a implantação desse tipo de empreendimento a exemplo da No Sul do Maranhão um bom exemplo é a Suzano celulose - (carro chefe do novo distrito industrial de Imperatriz) dá lugar a imensas áreas verdes de eucaliptos seguidos da exploração da força de trabalho de um grande contingente de trabalhadores de baixa qualificação para o trabalho industrial. A soja inicialmente no Sul do Maranhão



avança, agora, para outras áreas como o serrado - leste maranhense constituindo-se um dos principais produtos de exportação e compondo a tríade de *commodities* que representam em torno de 90% de tudo que é exportado no estado. Na prática esse processo de modernização que ganha visibilidade no discurso governamental expulsa os pequenos produtores rurais e comunidades tradicionais e consolida o agronegócio.

Como expressão de processos de territorialização, esses setores se mobilizam e buscam a produção de novos consensos sobre temas particulares (seja a lei dos babaçuais livres, ou a redefinição do conceito de propriedade). Diante da ofensiva do capital as “suas práticas seguem alterando padrões tradicionais de relação política” em várias regiões do estado questionando a propriedade privada da terra ao mesmo tempo em que formalizam denúncias contra a privatização dos recursos naturais e lutam pela afirmação das suas identidades coletivas.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Lucio Flavio. Lutas Sociais e questões nacionais na América Latina : algumas reflexões

ALMEIDA, Lucio E SANCHEZ, Felix. Um grão menos amargo das ironias da história: o MST e as lutas sociais contra o neoliberalismo. In Lutas sociais 5. 1998

BARBOSA, Zulene. MARANHÃO BRASIL: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo . EDUEMA , 2006

BÓRON, Atílio. Nestor Kirchner e as desventuras da "centro esquerda na Argentina . In Lutas Sociais, 17 18 . São Paulo, NEILS, 2007

LOPES, Desni Almeida. Os trilhos do desenvolvimento na Amazônia Maranhense. Dissertação de mestrado, UEMA, 2012.

COSTILA, Oliver, Lucio. A guerra do gás na Bolívia: uma guerra anunciada. Mimeo, 2003



HILSENBECK FILHO, A. Abaixo e a esquerda: uma análise histórico-social da práxis do EZLN. Dissertação de Mestrado, UNESP- Marília, 2007.

PETRAS, James, Neoliberalismo: America latina, estados Unidos e Europa. Blumenau, Editora FURB, 1999.

STEDILLE, João Pedro. A questão Agrária no Brasil. Editora São Paulo Atual 1996.



MOVIMIENTOS SOCIALES Y PODER CONTRAHEGEMÓNICO EN AMÉRICA LATINA

Napoleon Saltos Galarza¹

ABSTRACT: La ponencia sigue una línea de relación entre las diversas fases de las teorías y estudios sobre los movimientos sociales y su contexto en América Latina. Distingue cuatro fases: (i) Bloque social liderado por el movimiento sindical. Teóricamente se trata, no desde la visión de los movimientos sociales, sino desde la temática de la relación partido-sindicatos, en una perspectiva de clase. (ii) La presencia de los “nuevos movimientos sociales”, con un ascenso de las luchas sociales en el Continente, lideradas sobre todo por las luchas de los pueblos originarios y las luchas de género. Las teorías sobre movimientos sociales destacan el papel como actores colectivos, fuerzas contestatarias y factores de ampliación del Estado de derecho. (iii) El paso al poder constituyente: el imaginario constituyente y la transformación de los movimientos sociales en partidos políticos y en gobierno. Teóricamente se desarrolla la visión de la contrahegemonía y las clases subordinadas, las relaciones entre poder constituido (instituido) y poder constituyente (instituyente). (iv) Relación entre los gobiernos “posliberales” de América Latina y los movimientos sociales: acuerdos y conflictos. Teóricamente se trata el estudio sobre el carácter de los Gobiernos “posliberales” y las variaciones de la hegemonía y la contrahegemonía.

PALABRAS CLAVES: Movimiento social, bloque social, poder constituido y poder constituyente, hegemonía, contrahegemonía, América Latina, Gobiernos “posliberales”.

¹ Doutor. Universidad Central del Ecuador.



1 CONCEPTO Y CONTEXTO

La producción teórica tiene su propio campo; sin embargo se constituye y mueve en un contexto. “Los conceptos no tienen historia si no es en la materialidad de la historia de los hombres y de la sociedad (...) No nos interesa la arqueología (...), nos interesa una hermenéutica que, más allá de las palabras, y a través de ellas, sepa recoger la vida, las alternativas, la crisis y la recomposición, la construcción y la creación, de una facultad del género humano: la de construir un ordenamiento político.”¹

Particularmente en América Latina la relación entre la teoría y el contexto social es más cercana, pues, a diferencia de Europa y el Norte, no se ha producido una separación general entre teoría y práctica, entre ciencia y humanidades. Esta característica original de la producción científica en nuestro Continente² que, en tiempos del positivismo normativo, podía ser vista como una debilidad a superarse, hoy puede constituirse en una fortaleza para enfrentar el viraje de las ciencias hacia visiones más inter-multi-transdisciplinarias, hacia una visión holística e integradora del conocer y el pensar.

Las teorías sobre los movimientos sociales están marcadas por el contexto. En nuestro Continente, podemos periodizarlo en cuatro fases.

2 PRIMERA FASE: BLOQUE SOCIAL LIDERADO POR EL MOVIMIENTO SINDICAL

Una primera fase, en torno a los 70 y 80, está marcada por la acción de los trabajadores y su relación con el poder.

En Chile la experiencia de la Unidad Popular se asienta en las luchas de los trabajadores dentro de una vía democrático-electoral al socialismo: su ascenso y derrota.

El poder del movimiento sindical se asienta en la incidencia en el proceso productivo y se asienta en la fábrica. Una y otra vez regresa el debate sobre la relación en el sindicato y el poder: el sindicato y los soviets en el marco de la revolución en Rusia; o el sindicato y los consejos obreros en la revolución italiana. El punto más interesante de la experiencia

¹ NEGRI Toni, *El poder constituyente. Ensayo sobre las alternativas de la modernidad*, Editorial Libertaria Prodhufi, <http://es.scribd.com/doc/77632054/Anthropos-n%C2%BA-144-mayo-1993-Antonio-Negri-Una-teoria-del-poder-constituyente><http://es.scribd.com/doc/77632054/Anthropos-n%C2%BA-144-mayo-1993-Antonio-Negri-Una-teoria-del-poder-constituyente>, consulta, marzo 2013.

² ECHEVERRÍA, Bolívar, *Valor de uso y utopía*, Siglo XXI, México, 1998.



chilena, desde la perspectiva de los movimientos sociales, se ubica en este punto: la experiencia de los “cordones industriales”, como formas de poder paralelo.

El debate sobre la estrategia principaliza el tema de las formas de lucha. Después del asesinato del Che en 1967, la experiencia chilena abre una nueva perspectiva. A pesar de la derrota y el asesinato de Allende, el imaginario de la movilización social y la lucha electoral para acceder al control del gobierno influirá decisivamente en la luchas de los movimientos sociales.

El viraje pasa por la experiencia del PT en Brasil: surgió de las luchas del sindicalismo metalúrgico en Sao Paulo a fines de los 70 y se fundó en febrero de 1980. Paralelamente se realizan experiencias similares en Ecuador, con el FADI, que recoge el apoyo del Frente Unitario de Trabajadores (1977-1978). En este período no se trata el tema desde la perspectiva de los movimientos sociales, sino más bien desde la relación entre el partido político y el sindicato, ligados a las concepciones de clase.

El paso al modelo neoliberal en los 80 desplaza el eje de acumulación desde el capital productivo al capital financiero. Con ello cambia el suelo histórico de la lucha social y el movimiento sindical pierde el piso de su poder.

El triunfo del modelo neoliberal impone modificaciones profundas en la clase obrera y el movimiento sindical. El capital puede proclamar la muerte del trabajo. Lo que se produce es la acentuación de la sobreexplotación de la fuerza de trabajo que ve progresivamente minadas sus conquistas históricas (jornada de ocho horas, derecho a la organización, al contrato colectivo, a la huelga), mientras se “flexibilizan” la contratación laboral.

A partir de mediados de los ochenta se produce el debilitamiento del movimiento laboral en el Continente. Este reflujo coincide con la emergencia de nuevos actores sociales.

3 SEGUNDA FASE: LOS NUEVOS MOVIMIENTOS SOCIALES

Una segunda fase se inicia en los 90 del siglo pasado con la emergencia de los “nuevos movimientos sociales”: frente a los “viejos movimientos sociales” caracterizados



como clasistas, funcionales y vinculados a reivindicaciones económico-políticas, se destaca el carácter multclasista, territorial y la vinculación a demandas culturales-políticas de los nuevos movimientos.

Esta diferenciación fundamenta la necesidad de reactivar el concepto de movimientos sociales, originado en la sociología anglosajona, pero con una nueva dimensión, como acciones colectivas contestatarias al funcionamiento del sistema. Alain Touraine (1987) desarrolla una visión a contracorriente del predominio de las visiones estructuralistas y funcionalistas, y destaca el papel de los actores como hacedores de las estructuras, de la sociedad.

Este desplazamiento se opera por el protagonismo de los movimientos indígenas y campesinos. En Brasil la experiencia del MST se desarrolla en forma paralela al proceso del PT, sobre todo en la década de los 80. En Ecuador la presencia de la CONAIE desde mediados de los 80 se desarrolla en forma paralela a la crisis y debilitamiento del movimiento sindical.

“Es a propósito de las conmemoraciones oficiales del “Quinto centenario del reencuentro entre dos mundos”, en 1992 cuando se empieza a calibrar esta nueva visibilidad. En efecto, los festejos oficiales promovidos por los gobiernos de América Latina y de Europa se ven contestados por una campaña continental organizada por los movimientos sociales. Esta última tiene como objetivo celebrar por todo el continente y en el mismo tiempo, “500 años de resistencia Indígena, Negra y popular”. Estas movilizaciones, iniciadas por las organizaciones campesinas e indígenas andinas y el MST, han permitido el nacimiento, en cada país y a nivel regional, de las coordinaciones perennes indígenas, Negras, campesinas, de mujeres, de movimientos de jóvenes, de sindicatos, etc. Y esto, en un contexto marcado por la caída del muro de Berlín, el hundimiento de la ideología comunista y la ofensiva generalizada del neoliberalismo.”¹

En este período se principaliza el concepto movimiento social para analizar las nuevas realidades, como procesos diferenciados de los partidos políticos, en cuanto su objetivo no es la conquista del poder. “Su carácter se torna exclusivamente social sin involucrarse necesariamente en dinámicas de transformación políticas, ya que surgen con la

¹ VENTURA Christophe, *Breve historia contemporánea de los movimientos sociales en América Latina*, laineadefuego el septiembre 18, 2012, consulta marzo 2013.



necesidad de constituir una identidad que les permita actuar sobre sí mismos y sobre la sociedad.”¹ Y de los grupos de presión, en cuanto sus objetivos no están ligados a los intereses económicos de sectores de poder, sino a propuestas que parten del “mundo de la vida”.

En las teorías sobre movimientos sociales hay varios debates. El básico está en definir qué es lo que los constituye. La visión utilitarista² señala que en la acción colectiva no se trata tanto de los beneficios obtenidos por una asociación política o económica, pues estaría sujeta a la paradoja de que la participación en grupo reduciría la parte proporcional de participación del individuo en el beneficio obtenido, que llega todos participen o no; sino de que encuentre “incentivos selectivos”, que pueden ser positivos o negativos. La participación se basa en el cálculo de costo-beneficio, que depende del nivel de información, del tamaño del grupo y de la capacidad de negociación.

Alain Touraine define a los movimientos sociales como acciones colectivas contestatarias que superan tres umbrales:³

- “un principio de identidad mediante el cual el actor posee una definición de sí mismo y con el que adquiere su distinción con respecto a otros actores en el escenario de un conflicto, que lo contrapone en el campo de la acción social. Un movimiento social no puede organizarse solo, es el conflicto el que sitúa y organiza al actor con propuestas comunes que fundamentan la movilización.”
- organización con carácter horizontal y móvil para la toma de decisiones internas: “cuando los actores han adquirido conciencia del lugar que ocupan dentro de la sociedad y cuentan con una organización comprometida y solidaria entre ellos, al surgir un conflicto que los contrapone en el campo de acción social, éste hace surgir al adversario y forma de una u otra manera en los actores presentes, la conciencia de clase.”

¹ ZAPATA, Francisco, 1992, *Premisas de la sociología accionista*, en Estudios Sociológicos, X 29, México, p. 473

² MANCUR Olson, *La lógica de la acción colectiva*, Tomado de M. OLSON, *Auge y decadencia de las naciones*, Ariel, Barcelona, 1985, pp. 32-55. PDF, Curso Liderazgo Político, Universidad Alicante, Curso 2012-2013.

³ TOURAINE, Alain, 1987, *El regreso del actor*, en *Colección problemas del Desarrollo I*, Editorial Universitaria, Buenos Aires.



- poder de influencia, ya sea sobre las propias prácticas políticas o las de otros actores, o sobre algún aspecto de las políticas públicas o del funcionamiento del Estado: “no existe un movimiento social que se defina únicamente por el conflicto, sino que todos ellos poseen el principio de “totalidad”, el cual implica un sistema de acción histórica en donde los adversarios situados en la doble dialéctica de las clases sociales, tienden a disputarse el dominio. Un movimiento Social importante pone de manifiesto la orientación general del sistema de acción histórica.”¹

El punto nodal está en “historicidad”, denomina así “al trabajo de auto-producción de la sociedad, a la capacidad de una sociedad de intervenir en su propio funcionamiento, de producir sus orientaciones normativas y de construir sus prácticas en un momento determinado de su historia.” Los actores sociales pasan por diferentes niveles de intervención: organizativo, político/institucional y “finalmente, los actores pueden contestar la organización social en su conjunto, luchar por desafíos culturales, buscando transformaciones profundas de la sociedad y el control del progreso y de la producción. En este último caso, la lucha se coloca al nivel de la historicidad y concierne al conjunto de la sociedad. Se puede entonces hablar de *movimiento social*: “Lo propio de un movimiento social es no estar orientado por valores conscientemente expresados. (...) Se define por el enfrentamiento de intereses opuestos por el control de las fuerzas de desarrollo y del ámbito de la experiencia histórica de una sociedad”²

De esta manera Alain Touraine devuelve el poder a la actuación de los sujetos, la capacidad de hacer la historia. “El actor en vez del sistema: Touraine pone en el centro de su sociología, mirando no hacia las estructuras o la reproducción de la sociedad, sino hacia el cambio y la producción de la sociedad por ella misma. Nos alerta contra “la ficción que el orden es primero”. Primero viene la capacidad creadora de una sociedad de producirse y transformarse, es decir, “el trabajo que la sociedad moderna cumple sobre ella misma, inventando sus normas, sus instituciones y sus prácticas”. Los movimientos

¹ OROZCO, María, *Alain Touraine. Teoría de los movimientos sociales*, Tesina de Ciencia Política, Universidad Autónoma Metropolitana de Iztapalapa, México, 2000.

² PLEYERS Geoffrey, *En la búsqueda de actores y desafíos sociales. La sociología de Alain Touraine*, PDF, ESTUDIOS SOCIOLOGICOS XXIV: 72, 2006



sociales se presentan como los nuevos demiurgos, después del fracaso de los partidos y de las revoluciones violentas. “En este marco, la sociedad debe estar representada como un campo de creación conflictiva. Para Touraine, el conflicto de sistemas de valores concurrentes no conduce a la desestabilización de la sociedad; al contrario, está en el corazón de la producción de la sociedad por ella misma. Como Marx, Touraine sitúa no al orden sino al conflicto en el centro de su sociología, estimando que “el buen sociólogo, es aquel que encuentra los conflictos, las oposiciones, las tensiones”¹

Habermas busca superar la dicotomía entre el campo de la acción de los sujetos y el funcionamiento de los sistemas. Desde su “teoría de la acción comunicativa”, plantea el origen de los movimientos sociales en el campo de la desobediencia civil, establecido en una situación de crisis política de legitimidad del poder constituido. En los 80 estudia las movilizaciones sociales por la paz en Alemania. Descubre el poder de la acción social, la capacidad de actuar en el borde del sistema político, cuando éste entra en crisis. Destaca la opinión pública como el campo de constitución de los movimientos sociales. Pero al final encorseta la potencialidad de los actores en la ampliación del Estado de derecho; el sistema retoma su fuerza y absorbe la temporal disfunción.

Ése es el límite, el muro insalvable desde la visión del orden. Los movimientos sociales pueden aparecer como los demiurgos purificadores del fuego de la violencia revolucionaria o de la fuerza ordenadora de los partidos, pueden expresar la potencia de la crítica negativa, la lucha por la igualdad-igualación-equidad, y entonces tienen la anuencia benevolente del poder. Cuando intentan saltar el muro, disputar el poder y cuestionar los límites del sistema, encuentran la resistencia y la oposición violenta del sistema. En la teoría del Norte queda sin resolver este paso: la relación entre el movimiento social y el poder constituyente.

La caída del Muro parecería confirmar el poder del sistema y los ideólogos pueden proclamar “el fin de la historia”. Sin embargo en ese borde, en nuestro Continente los movimientos sociales empiezan a saltar el otro muro, el de la historia. En América Latina se extiende una oleada de movilizaciones sociales, lideradas sobre todo por los

¹ PLEYERS, G..Op. Cit.



pueblos originarios. “El retorno del Inca” después de 500 años. Por todos lados el sistema no puede reabsorber las germinaciones.

En Venezuela, sobre la sangre del “Caracazo” emerge, un proceso híbrido de movilización de masas, más bajo la forma de la “multitud” que bajo la de los “movimientos sociales”, marcados por procesos políticos que se mueven en el borde del sistema: el retorno de los rezagos guerrilleros a la lucha política, desde una visión de la huelga de masas apoyada por la insurrección civil-militar, y que desemboca en la experiencia de “Causa R”; o la emergencia de la figura rebelde de Chávez a la cabeza del MBR200, desde una visión más foquista. Aunque ambas llegarán a la participación política electoral.

En Brasil, el movimiento sindical construye el Partido de los Trabajadores que pasa, en un largo proceso, de movimiento social-sindical, a partido político, a partido de gobierno; en una línea que va de la resistencia y la denuncia a la constitución como poder. Paralelamente se desarrolla la experiencia del MST (Movimiento Sin Tierra), con una visión más social del poder y la transformación: se abre en el Continente la experiencia de los “sin”, como fundamento de una nueva identidad y proyecto social-político.

La lucha de los pueblos originarios abre un nuevo tiempo. En Ecuador, el Levantamiento del Inti Raymi en 1990 funda una década de movilizaciones que pasan de la resistencia al modelo neoliberal, al derrocamiento de tres gobiernos “constitucionales”, al intento de una Comuna efímera con la insurrección del 20 de Enero del 2000 y a la construcción de un imaginario constituyente. Para analizar estos procesos ya no es suficiente el concepto de movimiento sociales, se trata más bien de un “bloque social”, liderado por el movimiento indígena.

En México, simbólicamente, el 1º de enero de 1994, cuando el Norte anunciaba la entrada en el Primer Mundo, con la firma del TLCAN, irrumpe la experiencia zapatista en el Sur, en Chiapas, basada en la visión de los pueblos originarios, en torno a una nueva forma de “mandar obedeciendo” y al sentido de comunidad.

En Bolivia, la larga tradición de lucha desde la COB, liderada por los trabajadores mineros, es contenida por los diversos gobiernos neoliberales de los 80 y 90. Las luchas de las comunidades indígenas y campesinas en defensa de los recursos naturales y en



contra del neoliberalismo, fundamentan la refundación del MAS en 1997, bajo la conducción del líder movimiento cocalero, Evo Morales. El MAS lidera las luchas sociales en defensa de los recursos naturales y se constituye en el partido electoral que lleva a Evo Morales a la Presidencia en el 2005.

4 TERCERA FASE: PODER CONSTITUYENTE.

Los movimientos sociales en América Latina rebasan las definiciones clásicas de actores colectivos sin referencia al poder del Estado. Las movilizaciones sociales de los 90 contra el neoliberalismo crean las condiciones para el triunfo de los gobierno “post-neoliberales”. El nuevo milenio presenta a la movilización social proyectada hacia el poder político, la transformación de los movimientos sociales en partidos políticos que acceden al gobierno por la vía electoral.

“Los movimientos sociales latinoamericanos confrontaron al neoliberalismo (...) con movilizaciones, propuestas y discursos que (...) cambiaron el focus de la política y abrieron el horizonte emancipatorio a nuevas ideas y lograron poner al neoliberalismo a la defensiva. Fueron esas movilizaciones las que crearon las condiciones de posibilidad para la emergencia de gobiernos críticos al neoliberalismo y que, en primera instancia, dijeron adscribir a aquellas tesis, propuestas y discursos de los movimientos sociales del continente. Fue esta adscripción y esta referencia a los movimientos sociales la que produjo la sensación de que en América Latina se vivía una “primavera política” con gobiernos progresistas, democráticos y anclados en las demandas populares. Empero, el tiempo habría de demostrar que la “primavera política” era más un espejismo que una realidad.”¹

A partir de 1998, con el triunfo de Chávez en Venezuela, el mapa político empieza a girar a la “izquierda”, mediante el acceso por la vía electoral de gobiernos “progresistas”: Lula-Rousseff en Brasil, la reelección de Chávez en Venezuela, Morales en Bolivia, Correa en Ecuador, Kirchner-Cristina Fernández en Argentina, Vázquez-Mujica en Uruguay, Lugo en Paraguay, Ortega en Nicaragua, Funes en El Salvador, Bachelet en

¹ DÁVALOS Pablo, *Hacia un nuevo modelo de dominación política: Violencia y poder en el posneoliberalismo*, laineadefuego el septiembre 23, 2011, consulta abril 2013.



Chile y, en un proceso tardío, Humala en Perú. El punto del cambio se estructura en torno al imaginario de la democracia, ahora bajo la forma de democracias ciudadanas y participativas.

La periodización respecto al PT ilustra este paso: “el PT en su comienzo era un partido claramente de militancia, después evolucionó para un partido de afiliados y hoy es un partido de electores. Gran parte de sus 1.800.000 afiliados no son afiliados en el sentido clásico de la palabra, sino que son lo mismo que un elector.”¹

Particularmente en los casos de Venezuela, Bolivia y Ecuador, los procesos pasan por un tiempo constituyente y la proclamación de nuevas Constituciones que sirven de fundamento normativo a los cambios.

Para analizar estos procesos se requiere ampliar el concepto de movimiento social en dos direcciones: la relación entre poder constituido y poder constituyente (Toni Negri) o poder instituido y poder instituyente (Castoriadis), y ubicar la lucha de los movimientos sociales en la dinámica de la lucha por la hegemonía en los Estados modernos.

5 CUARTA FASE: COOPTACIÓN Y AUTONOMÍA

La fase más compleja es la actual: ¿cómo definir las relaciones entre los gobiernos “posliberales” y los movimientos sociales?

Para no reducir al elemento simple de apoyo-oposición al gobierno, es necesario dar la vuelta a la relación y partir de los actores sociales – clases, movimientos sociales -. En esta perspectiva los estudios sobre la hegemonía y las clases subalternas, fundamentadas en las teorías gramscianas pueden contribuir para un esclarecimiento de la complejidad.

La hegemonía es la forma que adopta la lucha política en el Estado moderno. Para Gramsci se presenta como una combinación orgánica de fuerza más consenso, como la

¹ TOER Mario y Federico MONTERO, *El desafío es cómo pasar a una segunda etapa*, Entrevista a Valter Pomar de la Dirección Nacional del PT y Secretario Ejecutivo del Foro de San Pablo, <http://lalineadefuego.info/2013/04/05/forosaopaolo/>, consulta abril 2013.



capacidad de un bloque histórico de construir una nueva unidad orgánica entre la base económica y la superestructura político-cultural. Se presenta como sociedad política recubierta de sociedad civil. Gramsci la compara, en una metáfora de guerra de clases, a un teatro de lucha en donde el bastión central, el poder de dominación-fuerza del Estado, se encuentra rodeado-defendido por una red de fosos y casamatas de dispositivos de producción de sentido.

La lucha por la hegemonía se presenta como la disputa por ganar el corazón y la mente de la gente, un proceso de construcción de sentido en torno a una visión del mundo y de la vida de una fuerza política, de un bloque histórico, entendido como una alianza de diversas clases. No hay propuesta sin sujeto, no hay sentido sin fuerza. Se trata de un proceso complejo que va desde el sentido común hasta los sistemas filosóficos estructurados.

No se trata de un proceso lineal. La hegemonía adopta diversas formas en el tiempo, pasa por ciclos de constitución y consolidación de la hegemonía, y ciclos de crisis y modificación.

Podemos distinguir tres niveles de hegemonía que convergen en un terreno común de lucha: la hegemonía 1 (H1), el acuerdo y la disputa arriba, la constitución del bloque dominante-dirigente, la construcción del sentido de vida y del mundo que ordena las contradicciones y distribuye roles y funciones entre las diversas fuerzas y fracciones del capital. La hegemonía 2 (H2), cuando el sentido de vida de arriba se convierte en el sentido del conjunto de la sociedad, en el sentido común aceptado también por los de abajo, en un proceso complejo de ampliación del núcleo inicial de la visión del bloque dominante-dirigente, con elementos de las visiones de abajo. La hegemonía 3 (H3), o contrahegemonía, entendida como la capacidad de las clases y actores subordinados para construir una visión alternativa, un poder popular paralelo, una nueva unidad orgánica entre la base económica y la superestructura político-cultural; la capacidad para disputar una visión alternativa de la vida y el mundo que reordene la sociedad, y en particular las relaciones de producción y las relaciones de poder.

La hegemonía en los países periféricos tiene sus propias formas, diferenciadas de las que se realizan en los países centrales. Cueva señala que en nuestros países la



realización de la hegemonía es una excepción y que la norma es el funcionamiento del Estado de excepción, hegemonías truncas, crisis de hegemonía, hegemonías desplazadas. La base orgánica se presenta como una sociedad con complejidad estructural, marcada por un ethos barroco, la superposición de formas económicas, políticas, culturales; y como una sociedad y un Estado dependientes de centros metropolitanos. Por ello el Estado capitalista periférico cumple funciones sobrecargadas: además de cumplir las funciones de un Estado capitalista, en cuanto ordena el poder interno del Estado-nación dentro de una determinada formación económico-social, ordena también las relaciones económicas, políticas y culturales dentro de la cadena “imperialista”.

El abigarramiento de nuestras sociedades atraviesa las formas económicas, pero también las formas culturales y políticas. Para Zavaleta no podemos hablar de una estructura particular de los Estados latinoamericanos, sino que más bien vemos una estructura compleja que combina formas bonapartistas-populistas-autoritarias.

6 LA RUPTURA CON LOS MOVIMIENTOS ORGÁNICOS DE LOS TRABAJADORES

En relación a los movimientos sociales estas estructuras funcionan sobre la base de disolver la autonomía y la organización de los movimientos clasistas y orgánicos, en particular el movimiento obrero, campesino e indígena, y el asentamiento en los sectores más pauperizados sin capacidad de auto-representación. La base está en un comportamiento bonapartista arriba (Hegemonía1), que permite el acuerdo del bloque en el poder; se combina con una orientación populista para ganar el consenso de las masas disueltas (Hegemonía2); y con políticas autoritarias y represivas ante los actores sociales que promueven posiciones de autonomía (Hegemonía 3). La novedad ante formas anteriores está en el clivaje del lenguaje de la “revolución”.

El gobierno de Lula se presenta como “una variante de *semibonapartismo* en el cual la cooptación y el control del llamado sindicalismo combativo y, en particular, de la cúpula sindical es decisivo... Lula, al comienzo del segundo mandato, hizo un cambio político importante, trasladando su base social de sustentación hacia las camadas más



pauperizadas, que viven al margen de la organización de clase: ... amplió el *Bolsa-Familia*, con una política focalizada y asistencialista, pero de gran amplitud, dado que alcanza aproximadamente a 13 millones de familias pobres (cerca de 50 millones de personas con bajos ingresos salariales), que así reciben en promedio el equivalente a 50 dólares mensuales... De ese modo, articuló las dos puntas: remuneró a las diversas fracciones burguesas y, en el extremo opuesto de la pirámide social, donde están los sectores más desorganizados y empobrecidos de la población, brindó una política asistencialista que no afecta ni siquiera mínimamente ninguno de los pilares estructurales de la tragedia brasilera.”¹

Esta política asistencialista con réditos político-electorales, no es privativa del gobierno de Lula, se convierte en uno de los pilares de la nueva política de los gobiernos, sin diferencias sustanciales por sus alineamientos: 1 de cada 4 habitantes en el Continente es beneficiario de los “bonos de la pobreza”, que obtiene diversas denominaciones en cada país.

Al mismo tiempo el gobierno de Lula generó la empresarialización de la dirigencia sindical: “Imaginó que era posible “humanizar” el capitalismo, con una privatización de los fondos públicos combinada, que contempló tanto los intereses del sindicalismo de negocios (ligados a los fondos de pensión), como los del sistema financiero, que es el que efectivamente domina la política económica del gobierno.”² Se realiza un proceso que será común en los diferentes regímenes “progresistas”, se disuelve el carácter de clase del movimiento sindical, los dispositivos de solidaridad, mientras se promueven los derechos individuales, la presencia de los trabajadores como “ciudadanos”.

Gramsci denomina a este fenómeno el “transformismo”. El sindicalismo pasa a ser uno de los soportes del régimen de Lula-Dilma, mediante la cooptación de la dirigencia de la CUT y la FUERZA SINDICAL. Pero en realidad el punto central es la cooptación de los ideólogos orgánicos de la clase, desde una visión gradualista de la revolución por etapas, ligada a la estrategia del mal menor. Aunque surgen intentos de restablecer la autonomía clasista en experiencias como CONLUTAS y la INTERSINDICAL.

¹ ANTUNES Ricardo, *Sindicalismo de clase versus Sindicalismo negociador de Estado en el Brasil de la era (pos) Lula*, Herramienta N° 47, Julio de 2011 - Año XV, Buenos Aires, Argentina.

² ANTUNES, R., Op. Cit.



En el caso de Ecuador observamos un proceso similar. La disolución del carácter clasista de los trabajadores y la suplantación con una identidad individual como ciudadanos sujetos a relaciones laborales privadas, se presenta en la Constitución de Montecristi. Esta visión mercantil-capitalista se refuerza cuando en el Artículo 33 de la Constitución del 2008, se separa el sentido de derecho económico del trabajo del carácter social, que constaba en la Constitución “neoliberal” del 98. Pero no se trata de un mero aditamento, sino de un desplazamiento desde el trabajo como “derecho social” y, por tanto tratado dentro del derecho y la jurisprudencia social, a la caracterización del trabajo como derecho económico y, por tanto, tratado dentro del derecho y la jurisprudencia privada;¹ y, por esta vía, reducir el trabajo a un tema de compra-venta de fuerza de trabajo y paga salarial, dejando a un lado el sentido integral del trabajo.

Uno de los dispositivos claves de la nueva dominación es la promoción de los derechos laborales individuales mientras se disuelven los derechos laborales colectivos, hay un desplazamiento del trabajador desde el carácter de clase al carácter de ciudadano. Puede aceptarse algún avance en el reconocimiento a otras formas de trabajo autónomo o de autosustento y cuidado humano (Art. 325). Empero allí se oculta una matriz anti-obrera. La visión liberal del trabajo, lo separa de su relación con el capital, y de su papel como proceso de producción de excedente para la apropiación privada del capital. El

¹ CASTRO Rubén, *Sobre derecho laboral*, mimeo, versión electrónica, julio 2008. “El derecho al trabajo, cualificado como derecho económico, es sacado del ámbito del Derecho Social y sus regulaciones terminan convirtiéndolo en un “bien” del comercio, como cualquier otro. La teoría del valor puso de manifiesto que las mercancías tienen un valor de uso y otro de cambio que dependen del trabajo humano; que el capitalismo convirtió a la fuerza de trabajo en un valor de cambio o, lo que es lo mismo, en mercancía que tiene doble cualidad, la de ser consumida y la de producir valor; que esto aprovecha el capitalista en su favor al extraer plusvalía; y, que el afán burgués de acumulación lleva a someter a condiciones inhumanas, injustas y oprobiosas a los “dueños de la fuerza de trabajo”. La lucha obrera ha pretendido, a la inversa, humanizar las condiciones de trabajo y ha logrado que el trabajo, su fuerza de trabajo y su remuneración sean cualificados de manera distinta a los demás bienes que se comercian. De ese modo han logrado incorporar a las regulaciones y negociaciones de las condiciones laborales otros factores de la realidad de la vida de los trabajadores, obligando a la burguesía a reconocer que la valoración del trabajo no solo debe ser económica sino social. Es real que la condición de mercancía, no podrá ser abolida fácilmente, ni aún superado el capitalismo pero, de ello, llegar a “transparentar” que el trabajo es un “derecho económico” que genera igualdad por su valor, es darle una enorme e histórica concesión a la burguesía. El Ecuador vuelve a la vanguardia de la legislación pero, esta vez, consagrando los intereses más abominables de la burguesía mundial, gracias a esta involución que, facilitará que los monopolios ya no solo puedan abrir “mega-malls” de commodities sino de personas, como en los tiempos en que se ofertaban esclavos en las plazas de las ciudades imperiales.”



problema básico que hay que resolver es la explotación y la sobreexplotación de los trabajadores bajo diferentes formas.

Una diferenciación rigurosa de las modalidades del trabajo dentro del modelo neoliberal-capitalista, debería partir de colocar todas las formas de trabajo bajo el dominio del capital, y por tanto, diferenciar las diversas formas de subordinación al capital: una *subordinación directa*, en el caso de los trabajadores privados y públicos bajo sistema de dependencia salarial y una *subordinación indirecta*, en el caso de los trabajadores “autónomos” o del trabajo de autosustento o cuidado humano. La lógica planteada por el texto de la Asamblea va más en dirección de la formalización de los diversos tipos de trabajo, es decir, más una “modernización” que una reforma.

Esta orientación se confirma con la supresión en la nueva Constitución del numeral 1. del Art. 35 de la Constitución del 98, que determinaba que “la legislación del trabajo y su aplicación se sujetarán a los principios del derecho social”. Esta privatización del derecho laboral ha sido una de las pretensiones permanentes de los empresarios. Se ha intentado por dos vías: la mercantilización absoluta de la relación laboral en el modelo neoliberal; o -hacer “estallar la base conceptual que da sentido al Derecho del Trabajo: la contraposición estructural de intereses entre capital y trabajo”, como sucede en la novísimas resoluciones de la UE en materia laboral,¹ dentro de un lenguaje de diálogo entre el trabajo y el capital (el viejo discurso socialdemócrata de la conciliación tripartita: estado-patronos-trabajadores) y de la compatibilización de la vida profesional y familiar (el nuevo discurso del reconocimiento de todas las formas de trabajo, mientras se diluye la relación patrono-trabajador, y paso al plano abstracto de los derechos).

A partir de la Constituyente se atacan los derechos colectivos de los trabajadores, sobre todo públicos. “La nueva institucionalidad vigente desprecia el rol organizativo de los sindicatos, considerándolos innecesarios así como herramientas de un mundo que consideran ya superado, el cual se articulaba en el ámbito del conflicto de clases.”²

¹ Ver TRILLO Francisco, *¿Hacia dónde va Europa?*, www.lainsignia.org/2008/junio/int_003.htm, consulta junio de 2008.

² Machado Decio, *¿Una nueva etapa de los movimientos sociales del Ecuador?*, Revista Tendencia, No13, 23 abril 2012, Quito, Ecuador.



Al final, tenemos un mapa similar al que se da en Brasil: la mayoría de las centrales sindicales se alinean con el Gobierno de Alianza País y proyectan organizar la CUT, una vieja aspiración del movimiento sindical; pero con ello renuncian a sus propias conquistas. Y surgen posiciones minoritarias que buscan defender posiciones clasistas autónomas.

En la relación con los movimientos orgánicos de los trabajadores y de los pueblos originarios, es donde el Estado post-neoliberal muestra su naturaleza: garantizar el monopolio de la violencia legitimada, para evitar el surgimiento de poderes transformadores. “En el nuevo modelo de dominación política del posneoliberalismo se extiende la esfera del derecho para suprimir la dialéctica de la violencia-contraviolencia y convertirla en tautología del poder: violencia-violencia. A más Estado de derecho, menos legitimidad tiene la contraviolencia y más susceptible de ser puesta por fuera de la ley y el orden, es decir, criminalizada. A más Estado liberal menos espacio tiene la contraviolencia legítima de las organizaciones sociales.”¹

7 MOVIMIENTOS ANTISISTÉMICOS

La lógica electoral impresa a los procesos políticos reduce el espacio de emergencia de los movimientos sociales, pues su reclamo de autonomía tiende a ser interpretado como oposición al régimen. La alta legitimidad electoral de los regímenes “posliberales” coloca a los movimientos sociales no alineados en situaciones difíciles.

Empero en esta fase han surgido movimiento antisistémicos, con potencialidad contrahegemónica, en el borde de la relación entre las luchas antineoliberales y anticapitalistas, en torno a cuatro ejes: la resistencia al modelo rentista-extractivista, en donde Dayuma y Kimsacocha en Ecuador, Atenco en México, el TIPNIS en Bolivia, Bagua en Perú, son los signos; las luchas por la reforma agraria, con el ejemplo del MST en Brasil; Las luchas en defensa del trabajo; y las luchas de ideas en torno al socialismo.

Los ideólogos defensores de los gobiernos posliberales basan la argumentación del carácter progresista en el énfasis de la lucha antiimperialista y antineoliberal como una

¹ DÁVALOS, p. Op. Cit.



etapa separada de la lucha anticapitalista. Veamos, a título de ejemplo, uno de los artículos de Emir Sader: “Posneoliberalismo en Brasil”.¹

Empieza planteando que “Las referencias fundamentales para comprender el mundo contemporáneo son el imperialismo y el capitalismo, (...) evaluar a gobiernos y a fuerzas políticas significa, antes que todo, evaluar la posición que tienen respecto a estas dos referencias.”

Y entonces deriva una conclusión, “Los nuevos gobiernos latinoamericanos, que se volvieron mayoritarios en el continente, deben ser considerados progresistas, porque desarrollan procesos regionales de integración autónomos respecto a la hegemonía norteamericana y, por otro lado, a contramano de los gobiernos neoliberales que los han precedido, priorizan políticas sociales y no ajustes fiscales, a la vez que desarrollan Estados que inducen el crecimiento económico y garantizan derechos sociales, en lugar de Estados mínimos.”

El análisis seguía la lógica de la propuesta inicial, hasta que sin ninguna fundamentación el referente “capitalismo” es sustituido por una de sus formas históricas, el modelo o período neoliberal. Y entonces puede deducir: “Por eso son gobiernos progresistas, antineoliberales, y trabajan por un mundo multipolar, debilitando la hegemonía norteamericana en el mundo. Sus rasgos centrales tocan en los factores decisivos de la hegemonía imperial norteamericana y en los elementos centrales del modelo neoliberal: la centralidad del mercado, el Estado mínimo y los Tratados de Libre Comercio con Estados Unidos.”

La justificación es que “Esos gobiernos tienen que enfrentar la herencia de graves retrocesos que sufrió América Latina, como consecuencia de las transformaciones igualmente regresivas que se dieron en escala mundial. (...) Primero fue la crisis de la deuda, que cerró el más largo ciclo de expansión de las economías latinoamericanas, que venía desde los años 1930. En segundo lugar, dictaduras militares que han roto la capacidad de resistencia en algunos de los países más importantes del continente –Brasil,

¹ SADER, Emir, *Posneoliberalismo en Brasil*, Revista “América Latina en Movimiento”, No 475, mayo de 2012, “América Latina: Las izquierdas en las transiciones políticas”, <http://alainet.org/publica/475.phtml>, consulta mayo 2012.



Chile, Uruguay, Argentina—. En tercer lugar, gobiernos neoliberales, fenómeno que convirtió a América Latina en la región con el mayor número de gobiernos con ese carácter y en sus modalidades más radicales.” El paradigma es el Gobierno de Lula: “se inició con una postura que fue fundamental para el futuro de América Latina; recogiendo las manifestaciones en contra Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA), el gobierno brasileño bloqueó su concreción, abriendo espacio para el fortalecimiento y expansión de los procesos de integración regional. Brasil empezaba a redefinir su lugar en el plano internacional, saliendo de la tradicional situación subordinada a los Estados Unidos, adoptando una posición soberana, independiente, lo cual fue decisivo para cambiar la correlación de fuerzas en el continente y para generar el aislamiento de Estados Unidos en la región. Paralelamente, el gobierno Lula definió la prioridad de las políticas sociales, en lugar del ajuste fiscal, lo cual le permitió, aun bajo duros ataques de la derecha, conquistar gran popularidad, superar esa ofensiva, consolidar su liderazgo y elegir su sucesora. Todo ello fue posible porque Brasil —el país más desigual del continente y del mundo— por primera vez disminuyó la desigualdad, la pobreza y la miseria.”

Entonces, es “progresista” por su oposición al imperialismo “norteamericano”. Una nueva reducción, el imperialismo queda reducido al imperialismo norteamericano, sin ver el conjunto del reordenamiento de la cadena imperialista. Hay que estar en la otra punta de la política “progresista” del Gobierno de Lula, para ver el papel que cumple Brasil y el nuevo eje Este-Oeste, compartido con los BRICs, en la relación con los otros países “progresistas” de la región: quizás la categoría subimperialismo deba resucitar y readecuarse.

La prueba final es “el gran apoyo popular logrado, (con el que) Lula impuso varias derrotas a la derecha. Aun teniendo prácticamente toda la prensa en contra suyo, Lula logró reelegirse y elegir su sucesora, Dilma Rousseff, como presidente de Brasil.” Sin embargo, ese proceso no se da de manera lineal. (...) Los avances en Brasil se llevaron a cabo en las líneas de menor resistencia de las relaciones de poder existente. (...) avanzó inicialmente en dos líneas de mayor debilidad del neoliberalismo: las prioridades de las políticas sociales, a través de un agregado de programas —como bolsa



familia, luz para todos, mi casa mi vida, micro créditos, entre otros–; pero el que más efectos sociales tiene ha sido el aumento continuo de los sueldos y de los empleos formales. Y los proyectos de integración regional, partiendo del Mercosur, ampliando ese proceso hacia Unasur, el Consejo Suramericano de Defensa, el Banco del Sur, la Comunidad de Estados Latinoamericanos.”

La diferencia profunda con el neoliberalismo es el retorno del Estado. “Frente a la crisis del 2008, quedó claro que había una tercera dimensión en la diferenciación del gobierno brasileño respecto al neoliberalismo: el rol del Estado, que pasó a ser instrumento esencial para políticas anticíclicas de resistencia a la recesión internacional. En lugar del Estado mínimo, se impuso un Estado inductor del crecimiento económico y garantía de la afirmación de los derechos sociales.”

Una tercera reducción, el neoliberalismo queda reducido al “Estado mínimo” y con ello, la alternativa es cualquier neo-keynesianismo mínimo.

Aunque la final retorna el referente olvidado del capitalismo y entonces debe reconocer que “no hubo transformaciones estructurales en aspectos determinantes en la sociedad brasileña.”

Así, pues, es “progresista”, pero no importa que no haya “transformaciones estructurales en aspectos determinantes”. Debemos contentarnos con lo posible y lo gradual.

Quizás este tipo de análisis es precisamente la confirmación de lo que trata de ocultar tras el paradigma “progresista-reaccionario”: se trata de gobiernos que readecuan las economías y los Estados periféricos a las nuevas condiciones del referente olvidado, el capitalismo. Una periodización similar al papel desempeñado en el marco de la post-segunda Guerra Mundial, por gobiernos similares, bajo una impronta socialdemócrata en Europa.

En medio de la crisis del eje norte-sur, liderado por la tríada Estados Unidos-Unión Europea-Japón, América Latina ha podido desacoplarse temporalmente y cuenta con una bonanza temporal que le permite emitir un discurso antiimperialista y tomar algunas medidas redistributivas sociales – 150 millones de pobres en América Latina están asistidos por diversas formas de bonos de “pobreza” –; al mismo tiempo que el retorno del



Estado se liga a la emergencia de nuevos grupos económicos, de una especie de burguesía-estatal, que se sirve del Estado para acelerar los procesos de acumulación originaria, participar en la “acumulación por desposesión” liderada por el capital extractivo-financiero transnacional.

Con ello, en lugar de ser factores de aceleración del tiempo de los cambios, pueden ser factores de contención y disciplinamiento de las potencialidades revolucionarias de las masas. Uno de los signos de la política de los gobiernos “progresistas” es la desmovilización social y la criminalización de los sectores sociales críticos. Las buenas intenciones y los buenos discursos pueden concluir en malas prácticas cuando escamotean los retos antisistémicos de los cambios.

Ante las luchas contra-hegemónicas de los movimientos sociales la tendencia de los gobiernos posliberales ha sido el autoritarismo y la criminalización de la lucha social. El signo en Ecuador es el enjuiciamiento penal de 200 militantes y líderes sociales acusados de terrorismo y sabotaje por participar en movilizaciones sociales, sobre todo en contra del extractivismo; y, según la Internacional de Sindicatos Públicos en el Ecuador, alrededor de 60 mil trabajadores despedidos, sobre todo del sector público, desde la llegada de Rafael Correa al gobierno.

8 CONTRAHEGEMONÍA

Parecería que aquí está el nudo del problema en la relación entre los gobiernos posliberales y los movimientos sociales orgánicos. El viejo problema del socialismo como “creación heroica”, planteada por José Carlos Mariátegui,¹ a partir de dos elementos claves: el agotamiento de la capacidad de la burguesía para encabezar los cambios democráticos y la originalidad de América Latina que cuenta con un acumulado propio para afrontar el paso al socialismo, a partir del “comunismo andino” y de la superposición barroca de las luchas antiimperialistas, anticapitalistas y civilizatorias.

Y entonces regresa también el debate sobre contra-hegemonía y subalternidad: “no olvidar a los subalternos, (...) como sujetos políticos efectivos y con la potencialidad de

¹ MARIÁTEGUI, José Carlos, *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*, Obras completas, Vol. 2. Ed. Amauta, Lima, Perú



constituirse en hegemonía; aunque ésta sea siempre una hegemonía precaria y opuesta al interés del capital.”¹ Y no reducirlos a simple base de apoyo electoral.

El tema está en la naturaleza de los cambios. No hay modificaciones en la estructura de acumulación, aunque hay modificaciones importantes en la redistribución, y quizás allí pueden gestarse nuevos grupos económicos sobre todo medios.

La concentración monopólica de la riqueza ha crecido durante el período de Alianza País: *“En el 2007, cuando empezó el gobierno de Rafael Correa, 50 grupos económicos obtuvieron ingresos de casi 15.000 millones de dólares. Representaron el 33% del Producto Interno Bruto, PIB, que en ese año llegó a 44.000 millones. Cuatro años después, en el 2010, el Servicio de Rentas Internas había certificado la existencia de 75 grupos. Estos habían obtenido ingresos por algo más de 25.000 millones de dólares. Y su impacto económico representaba el 43,8% del PIB, que en ese año fue de 58.000 millones de dólares. Un crecimiento de 10 puntos.”*²

El peso de la redistribución hacia abajo no proviene de una afectación de la riqueza de los de arriba, sino que recae en los fondos del Estado, provenientes de un período extraordinario de ingresos por el mini boom petrolero iniciado en el 2003 y la ola de subida de los precios internacionales de las commodities producida por el desplazamiento del capital financiero transnacional hacia el rentismo; así como en el aporte de los sectores medios a los pagos sociales.

De modo que el desacuerdo arriba no está en torno al modelo económico, sino sobre la forma política. El propio Presidente Correa ha señalado que el propósito no es el cambio de modelo, sino mejorarlo: *“Básicamente estamos haciendo mejor las cosas con el mismo modelo de acumulación, antes que cambiarlo, porque no es nuestro deseo perjudicar a los ricos, pero sí es nuestra intención tener una sociedad más justa y equitativa.”*³

El SENPLADES no sólo señala que se mantiene el modelo de acumulación, sino que se ha ahondado la reprimarización y el carácter rentista de nuestra economía: *“(…) el*

¹ BEVERLEY John, *Políticas de la teoría*, Fundación Celarg, Fundación Imprenta de la Cultura, Caracas, 2011, p. 21.

² REVISTA VANGUARDIA, *El boom del poder económico*, número 327, 6 de febrero 2012, pp. 16 – 21.

³ CORREA Rafael, *Entrevista*, Diario El Telégrafo, 15-01-2012.



desarrollo del país sigue anclado al petróleo y la exportación de productos primarios: 71% del aparato productivo del país se sostiene en la producción de bienes primarios, el 8% en los servicios y apenas el 21% en la producción de bienes industrializados. En el 2006, un 56% del total de exportaciones no petroleras correspondían a bienes primarios, porcentaje que aumentó en el 2011, cuando registró 61%. El peso de las exportaciones de manufacturas, que tienen más valor agregado, se redujo en cinco años. En el 2006 era el 40% del total de exportaciones no petroleras. En el 2011 fue del 36%.”¹

Un componente clave de la hegemonía instituida por PAÍS es el predominio de la visión etapista de la “revolución”, portada por los grupos de izquierda que operan dentro del régimen y por la visión dominante en la izquierda oficial continental, que converge con la visión evolutiva de los grupos de poder que dirigen el “proyecto”. Atilio Borón señala con claridad esta concepción, como “la permanente profundización y aceleración del proceso reformista”,² en base a una lectura gradualista de la relación entre reforma y revolución. Con ello se abre un campo a la aceptación del “bien menor” y se deslegitima las visiones “maximalistas” del cambio estructural.

En la entrevista realizada por Orlando Pérez en la noche del triunfo, Correa ratifica esta visión como la perspectiva del nuevo período:³

OP. Entonces, ¿qué va a hacer en cuatro años más que no sea lo mismo y reestructure el comienzo, como dice Heidegger?

RC. A lo que me refiero es a la parte técnica, pero en la parte política no se ha hecho más de lo mismo. La relación de poder en este país ha cambiado. Aquí ya no mandan los banqueros, la burguesía, los medios de comunicación, los organismos internacionales, los gringos... Aquí manda el pueblo ecuatoriano, y en eso el cambio ha sido radical. Ya en la parte técnica -matriz productiva, etc.- no hemos tenido gran diversificación, por eso nosotros mismos hemos hecho la autocrítica de que nos ha ido bastante bien, y hemos

¹ SENPLADES, *Nuevo Plan para cambiar el aparato productivo del país*, Diario El Comercio, Quito 26 de Septiembre del 2012

² BORON Atilio, *Ecuador: cuatro lecciones de una victoria aplastante*, ALAI AMLATINA, 18/02/2013, consulta febrero 2013

³ CORREA Rafael, Entrevista, Diario El Telégrafo, 13 de febrero del 2012:

<http://www.telegrafo.com.ec/actualidad/item/tenemos-que-hacer-cosas-nuevas-y-mejores.html>, consulta febrero 2013



hecho bastante bien lo mismo de siempre. Tenemos que hacer cosas nuevas y mejores. Ese es el gran desafío.

OP. *¿Qué es lo que falta?*

RC. *Por ejemplo, diversificación de la materia productiva; dentro de eso, diversificación de la matriz energética, que ya lo estamos haciendo. Estamos sembrando y en 2016 cosecharemos, y qué forma; convertiremos al país -por primera vez en la historia- en exportador de servicios, de energía limpia, renovable. Eso es un cambio histórico.*

“... para el mismo Correa, el propósito de esta “revolución” no es el cambio estructural. Tan solo, hacer mejor las cosas con el mismo modelo (de capitalismo extractivo) de acumulación y además sin afectar a los sectores que concentran la riqueza. Hacer más de lo mismo, aunque *bien*. Ese parecería ser el concepto de “revolución” tal como lo comprende Correa.”¹ El triunfo le permite al Presidente un nuevo grado en su razonamiento: la separación entre la técnica y la política. La disputa está en el control político, en donde efectivamente hay un cambio de hegemonía, el paso desde el poder del bloque financiero agroexportador, articulado al eje global Norte-Sur, al bloque financiero-rentista-importador, articulado al eje global Este-Oeste; la matriz económica se presenta como una variante del modo capitalista.²

Aquí está el reto. No se trata de un disputa reducida a tres bandas: los gobiernos “progresistas” y la oposición “oligárquica”; surge un tercer polo, aún débil, desde abajo, desde la capacidad contra-hegemónica de los movimientos sociales antisistémicos.

¿Hay todavía posibilidad de articular las transformaciones desde arriba, una especie de vía junker en que predomina la acción del Estado; y la nueva presencia de los movimientos sociales, una especie de vía farmer, para una nueva fase de los cambios en América Latina, ante los límites estructurales que empiezan a marcar los procesos posliberales de América Latina?

¹ MARTÍNEZ Mateo, *Hacia un análisis del discurso de la Revolución ciudadana*, [lalineadefuego](#), febrero 19, 2013, consulta febrero 2013.

² Esta es la cuestión fundamental: diferenciar la naturaleza de los cambios operados por la Revolución Ciudadana y su perspectiva: ¿se trata de cambios cíclicos o de cambios estructurales? “Encontrar la identidad real bajo la aparente diferenciación y contradicción, y encontrar la sustancial diversidad bajo la aparente identidad es la más delicada, incomprensible y no obstante esencial dote del crítico de las ideas y del historiador del desarrollo histórico. (GRAMSCI Antonio, *Cuadernos de la Cárcel*, 24, § 3, Vol. 6, p. 166.)

